ATA N.º 16/2013

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAMUSCA
REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2013.-----

-----Aos quinze dias do mês de abril do ano dois mil e treze, nesta Vila da
Chamusca, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a
Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Presidente Sérgio Morais da
Conceição Carrinho, e com as presenças dos Senhores Vereadores Joaquim
José Duarte Garrido, Francisco Manuel Petisca Matias, João Manuel Duarte
Lourenço e Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, comigo, Cristina
Isabel Pires Queimado, Técnica Superior que secretariei.-----

----- Verificando-se quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a reunião,
eram dezassete e dez horas, após o que se deu início à apreciação dos
seguintes assuntos:-----

-----**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** – Previamente distribuído pelo Executivo o
texto da ata da reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----**SITUAÇÃO FINANCEIRA / RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA – EM
12.04.2013** - TOTAL DISPONÍVEL: 414.807,80€; OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS:
381.432,37€; OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 33.375,43€; DOCUMENTOS:
0,00€.-----

-----**ORDEM DO DIA:** Entrou-se depois na ORDEM DO DIA composta dos
seguintes pontos previamente estabelecidos: -----

-----**Documentos para conhecimento**-----

-----**(01) – EN243 - ENTRE A EN 118 E A LOCALIDADE DE ULME / INSTABILIDADE DE TALUDE DEVIDO À PRECIPITAÇÃO INTENSA DOS ÚLTIMOS DIAS:**-----

----- Ofício da EP – ESTRADAS DE PORTUGAL, SA, registado no livro respetivo sob o número 3984 em 10.04.2013, referindo que a precipitação intensa que ocorreu nos últimos dias tem contribuído para a instabilidade de alguns taludes na EN 243 que tem obrigado à realização de várias intervenções de limpeza e regularização por parte dos serviço da empresa, assim recomendam a implementação de circulação alternada do trânsito por motivos de segurança ao Km 49,100 da EN243 entre a EN118 e a localidade de Ulme.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade acompanhar a situação com atenção, sem prejuízo da intervenção global daquele troço.-----

-----**(02) – CIMLT PROMOVE WORKSHOPS NO ÂMBITO DO PROGRAMA TERRITORIAL INTEGRADO “LEZÍRIA 2020”:** -----

-----Email da CIMLT – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZIRIA DO TEJO, registado no livro respetivo sob o número 3867 em 08.04.2013, dando conhecimento que, na sequência da assinatura do protocolo de colaboração institucional para a elaboração do Programa Territorial Integrado (PTI) “Lezíria 2020”, celebrado no passado dia 7 de março por dezanove entidades e da promoção de diversos Workshops temáticos, tendo já realizado dois em conjunto com Centro Distrital de Santarém do Instituto de Segurança Social e seu director , relativamente a questões sociais na Lezíria do Tejo e três em parceria com a Nersant relativamente à competitividade das empresas,

referindo igualmente que estão agendados para o dia 09 (competitividade das empresas de Almeirim, Alpiarça e Santarém) e 19 de Abril (área social, em Rio Maior) mais dois workshops.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou acompanhar com atenção com vista à intervenção no próximo Quadro Comunitário de Apoio.-----

-----**(03) – SOCIEDADE PARQUE ALMOUROL: CONTAS – ANO DE 2012; RESPONSABILIDADE DA SOCIEDADE – PASSIVO; ASSEMBLEIA GERAL / CONVOCATÓRIA PARA DIA 18.04.2013:**-----

-----Presentes e analisados os seguintes documentos que, por muito extensos se dão por inteiramente transcritos nesta ata para todos os efeitos: - Resultado da empresa, exercício de 2012; Responsabilidades da Sociedade Parque Almourol – Passivo (Valor total: 739.351,67€); Convocatória para a Assembleia Geral para o próximo dia 18.04.2013, pelas 09h30m em Torres Novas.-----

-----Pelo Executivo foram tecidas diversas considerações e troca de impressões visando a clarificação deste processo em todas as vertentes.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade, considerar que se tomem as medidas que sejam necessárias com vista à resolução deste processo, com a salvaguarda do interesse do município relativamente ao Centro de Formação Out-Door) e solicitar clarificação relativamente às restantes situações patrimoniais.-----

-----**(04) – ENCERRAMENTO DAS ESTAÇÕES DE CORREIOS / SITUAÇÃO E FUTURO DA EMPRESA CTT / SERVIÇO PÚBLICO POSTAL:**-----

-----Presente email do GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP), registado no livro respetivo sob o número 3865 em 08.04.2013, anexando o Requerimento que efetuaram para a realização de

audições na Comissão de Economia e Obras Públicas sobre o encerramento de Estações de correio e sobre a situação e futuro da empresa CTT e do serviço público postal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e continuará a acompanhar com atenção este assunto.-----

-----**(05) – DIA DISTRITAL DO BOMBEIRO (05.05.2013) / RIO MAIOR – ATRIBUIÇÃO AO SR. PRESIDENTE DA MEDALHA DE SERVIÇOS DISTINTOS – GRAU OURO:**-----

-----Ofício registado no livro respetivo sob o número 4017 em 11.04.2013 da FEDERAÇÃO DOS BOMBEIROS DO DISTRITO DE SANTARÉM, Dando conhecimento da atribuição de Medalha de Serviços Distintos – Grau Ouro ao Senhor Presidente, Sérgio Morais da Conceição Carrinho, na sequência da deliberação unânime tomada na reunião de Direção da Federação dos Bombeiros do Distrito de Santarém de 04 de fevereiro de 2013, uma vez que consideram que a “sua conduta para com os Bombeiros da Vila da Chamusca foi, dentro da medida do possível uma mais valia para a continuidade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Chamusquenses, contribuindo assim com notável evidência para o engrandecimento da Instituição de Socorrismo”, convidando para estar presente na cerimónia que terá lugar no Dia Distrital do Bombeiro, dia 05 de Maio de 2013, em Rio Maior.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade, agradecer a distinção atribuída e considerar que a atribuição decorre da atuação dos eleitos de todos os mandatos em cooperação com as associações, nomeadamente a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Chamusca.-----

----- (06) – AUDIÊNCIA COM SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE / CIRVER'S (11.04.2013):-----

-----Presente a seguinte Informação do Senhor Presidente: “Realizou-se nesta data a audiência oportunamente solicitada, tendo estado presentes: ECODEAL - Eng.º Manuel Simões; SISAV - Dr. Filipe Serzedelo; C. M. Chamusca - Sérgio Carrinho. A reunião tinha como objectivo a caracterização dos seguintes processos: -Pedido de prorrogação de licença de 10 para 15 anos; - Licenciamento de equipamentos mais aligeirados e repercussões nos CIRVER's; - Licenciamento de resíduos perigosos em depósito temporário - procedimentos; -Terrenos contaminados - questão da legislação. Foram trocadas diversas informações que vão ser objecto de especificação, verificação e apreciação com vista a identificar os procedimentos que se considerarem adequados. Confirmei por parte da Câmara Municipal o interesse dos processos para a sustentabilidade dos CIRVER e do projecto do Eco parque, tendo apresentado convite para visita de trabalho em data e hora a acordar.”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, continuar a acompanhar o assunto.-----

----- (07) – HABITAÇÃO MUNICIPAL / CASA DEVOLUTA – TIPO T3: BAIRRO PRÉ-FABRICADO, CASA N.º23/ CHAMUSCA – ARRENDAMENTO SOCIAL: -----

-----Na sequência da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal em 11.03.2013, foi presente a seguinte Informação subscrita pelo Coordenador Técnico do CIS: “No seguimento da informação em anexo, que foi presente à sessão de Câmara do dia 11/3/2013, ficou devoluta a moradia pré-fabricada, n.º23 de tipologia T3, pelo que se procedeu à verificação dos pedidos de habitação de agregados familiares compatíveis com esta tipologia,

inscritos no Centro de Inclusão Social, constatando-se o seguinte: Existem quatro agregados familiares com tipologia adequada para esta moradia, aguardando habitação disponível, sendo que, o agregado familiar de *Cristina Aparício*, ocupa neste momento um apartamento municipal, localizado no R/C Dtº do Bloco 1 da Qtª do Nicho III, com carácter transitório, o agregado familiar de D.Lorine composto por casal e três filhos e o agregado familiar de *D. Odete Caixa*, composto por casal, dois filhos e o cunhado João Caixa, ambos com pedido pendente por motivos de dificuldade em suportar a renda no mercado privado, bem como outra família *em* situação de emergência, estando com processo de ação de despejo da sua moradia na Rua D. Maria Manuela Cid, na Vila de Chamusca, por incumprimento das obrigações assumidas através de crédito sobre a Caixa Geral de Depósitos, conforme documentação em anexo do Tribunal Judicial da Golegã e ofício da Caixa geral de Depósitos, solicitando a desocupação do referido imóvel e consequente entrega das respetivas chaves. A família que se encontra em situação de emergência, é composta por casal e dois filhos menores, tendo como único rendimento, o vencimento mensal de um dos membros do agregado no valor de 697.25€, atingindo o rendimento per-capita considerado como família carenciada, sem grandes possibilidades económicas de recorrer ao aluguer de habitação no mercado privado, conforme documentação em anexo. Assim, deixo à consideração da Câmara Municipal, o que entender sobre o assunto.”.-----

-----A Câmara tendo em conta o teor da informação em apreço e deliberou por unanimidade, manifestar acordo avançar com o procedimento.-----

-----**(08) – SAÚDE NO CONCELHO DA CHAMUSCA / TRATAMENTO DOS RESÍDUOS HOSPITALARES:**-----

-----Presente cópia do ofício 660 de 10 de abril de 2013 remetido ao Senhor

Secretário de Estado da Saúde, dando o ponto de situação da saúde no concelho da Chamusca e reafirmando: “1.A necessidade urgente da colocação de meios humanos, técnicos e materiais necessários, (nomeadamente médicos e meios de transporte para as deslocações no terreno das equipas de saúde), alguns já aprovados para os projectos "(USF e ECCI), na defesa e criação de melhores condições de saúde para a nossa população, na sua grande maioria idosa, de fracos recursos financeiros e dispersa por um imenso território de 746 Km², sem meios de transporte adequados ou que respondam às suas necessidades; **1.1.** Para apoio às equipas, o Município poderá ainda disponibilizar as actuais ou antigas instalações das extensões de saúde existentes em cada uma das localidades. **2.**A necessidade de entendimento/acordo entre os Ministério da Saúde e da Agricultura, para que, aproveitando as instalações da antiga Zona Agrária da Chamusca, estas possam servir para instalar os diversos serviços de saúde em boas condições clínicas e de atendimento, face aos actuais e futuros constrangimentos do actual edifício do Centro de Saúde da Chamusca, sendo que seria uma solução de baixo custo na adaptação de um edifício propriedade do próprio Estado. Acresce ainda que o Município está disponível para colmatar o problema dos acessos viários e principalmente de estacionamento adicional.”, anexando documento sobre os atuais constrangimentos na área da saúde e documento caracterizador do concelho.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, acompanhar o assunto e reafirmar preocupação tendo em conta os dados transmitidos informalmente pelo Sr. Vereador João Lourenço.-----

-----**(09) - CHEIAS 2013 / REDE VIÁRIA: ESTRADAS EM TERRA:** -----

-----Presente cópia de ofício número 673 de 15 do corrente, remetido à

Exma. Sr.^a MINISTRA DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, reiterando a “preocupação pela atual situação profundamente agravada pela situação financeira e económica que todos atravessamos e que sem apoio não conseguiremos ultrapassar, o que não deixará de consistir em mais um prejuízo para o sector agrícola, caso não venha a ser considerado apoio especial para esta ocorrência”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e aguardar resposta à solicitação apresentada.-----

-----**(10) – MUNICÍPIO DE CHAMUSCA – INSPEÇÃO-GERAL DAS FINANÇAS / ANO 2013: SOLICITAÇÃO DE ELEMENTOS RELATIVOS A EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO:**-----

-----Na sequência do decurso de Auditoria da Inspeção- Geral de Finanças ao município de Chamusca e da solicitação de elementos relativamente a Empréstimos de Curto Prazo, Anos 2009 e 2010, foi presente cópia de ofício número 665 de 10 do corrente, prestando os devidos esclarecimentos.-----

----- A Câmara deliberou por unanimidade, manifestar o seu acordo ao teor da resposta remetida.-----

-----**Documentos para aprovação**-----

-----**(11) – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL: PERMUTA INCLUINDO DUAS MOTOQUATRO DESATIVADAS POR VIATURA TODO TERRENO:**-----

-----Elaborada e subscrita pelos Comandante Operacional, Coordenador Técnico da Proteção Civil e Responsável pelo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal: “ Dado que o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e o Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal (GTFI) não possuem meio de transporte próprio e que se encontram adstritas ao SMPC duas motoquatro

adquiridas há uns anos para vigilância florestal, no âmbito da ex-CNEFF (Comissão Nacional de Fogos Florestais) e que as mesmas, estacionadas nas instalações dos Bombeiros, deixaram de fazer sentido para a missão a que estavam destinadas, uma vez que a vigilância e detecção de incêndios no concelho da Chamusca passou a ser feita pela ACHAR, GNR (postos de vigia), Afocelca e, em caso de aumentos de temperatura, viaturas dos Bombeiros estacionadas nos PE's (Pontos Estratégicos) estipulados para o efeito, e estando a Câmara Municipal a pagar dois seguros, sem necessidade, passando a pagar só um, entendemos que seria boa solução a permuta acima referenciada, pois dota o SMP e o GTFI de um meio de transporte exclusivamente para este fim, dada a dificuldade de requisição de transporte que existe na frota automóvel municipal. Assim, passamos a sugerir que o uso desta viatura seja da exclusiva utilização destes dois serviços, nomeadamente pelo Sr. Comandante Operacional Municipal, pelo Sr. Coordenador Técnico do SMPC e pela Sra. Eng. responsável pelo GTFI ou, no caso de extrema emergência, por elementos do corpo de Bombeiros devidamente autorizados pelos elementos atrás referidos ou pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e responsável pelo SMPC ou pelo Sr. Vice-Presidente, em sua substituição.”.-----

-----Sobre este documento exarou o Senhor Vice-presidente o seguinte Despacho: “Concordo com o procedimento proposto desde que o SR. Comandante Operacional fique responsável pela gestão da viatura ao abrigo do novo regulamento do Município.”.-----

-----A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade, manifestar acordo ao procedimento constante da Informação transcrita.-----

-----**(12) - CIRCULARES DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES:**-----

-----**A) - EDUCAÇÃO: DÍVIDAS DO GOVERNO AOS MUNICÍPIOS – VALORES TOTAIS EM DIVIDA ATÉ 01.01.2013:**-----

-----A Câmara tomou conhecimento da Circular n.º54/2013-SA datada de 11 do corrente, registada no livro respetivo sob o número 4076 em 12 do corrente, sobre o assunto em epígrafe, constando o montante total para o Município de Chamusca, à data de 01.01.2013, de 54.464,77€ , do qual só 18.501,99€ foi transferido para o Município .-----

-----**B) - DESPACHO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS QUE PROÍBE REALIZAÇÃO DE DESPESA SEM AUTORIZAÇÃO:**-----

-----A Câmara tomou conhecimento da Circular n.º 55/2013-SA datada de 11 do corrente, registada no livro respetivo sob o número 4045 em 11 do corrente, esclarecendo que o Despacho exarado pelo Sr. Ministro das Finanças que veda a realização de despesa e a assumpção de novos compromisso sem autorização prévia do Ministro de Estado e das Finanças, não se aplica aos Municípios apenas aos serviços do Governo.-----

-----**C) - PONTO DE SITUAÇÃO DO QREN NOS PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS / FIM DA ATIVIDADE DA EQUIPA CONJUNTA:**-----

-----Circular n.º 57/2013-AG datada de 11 do corrente, registada no livro respetivo sob o número 4080 em 12 do corrente, sobre o assunto em epígrafe, concluindo referindo: “Face ao balanço e resultados alcançados até à data, e se forem tidas em conta as propostas da ANMP, estamos convictos de que, a breve trecho (apesar da elevada taxa de compromisso em cada POR), será possível proporcionar aos municípios uma oportunidade de aprovação de novas candidaturas, com dispensa de pronunciamento prévio

da Equipa Conjunta, para projetos com muito elevada maturidade, que irão contribuir positivamente para a boa execução nos POR, ajudando à absorção da totalidade dos apoios que o QREN proporciona às regiões.”-----

-----A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade, manifestar o seu acordo ao procedimento.-----

-----**D) - FEIRAS E VENDA AMBULANTE:**-----

-----Circular n.º 61/2013-LR datada de 12 do corrente, registada no livro respetivo sob o número 4185 em 15 do corrente, dando conhecimento da publicação da Lei 27/2013 de 12.04.2013 que estabelece o novo regime jurídico a que fica sujeita a actividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirantes e vendedores ambulantes, bem como o regime aplicável às feiras e aos recintos onde as mesmas se realizam, revogando os regimes jurídicos até aqui em vigor que entra em vigor trinta dias após a data da sua publicação.-----

-----Sobre este assunto o Sr. Vereador Dr. Paulo Queimado aludiu aos anteriores documentos apresentados pelo PS e às obrigações constantes da legislação, sugerindo a criação de mercado diário de venda de produtos num sitio específico, diferente de onde ocorre habitualmente, tendo sugerido igualmente a remessa deste documento aos vendedores do concelho .-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade, encarregar os serviços de elaborar informação com caracterização sucinta do universo do Concelho e o enquadramento da nova legislação.-----

-----**(13) – OBSERVATÓRIO NACIONAL DOS CIRVER – INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO:**-----

-----Presente ofício da AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE registado no livro respetivo sob o número 3854 de 08 do corrente solicitando confirmação

da manutenção do representante do Município com vista à preparação de reunião do Observatório.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade, confirmar o representante deste Município o Senhor Vice-Presidente Francisco Manuel Petisca Matias.-----

-----**(14) – AQUISIÇÃO DE ESPAÇO / RUA NOVA - CARREGUEIRA:**-----

-----Acompanhado de Carta do Sr. JORGE DIAS TEIXEIRA, registada no livro respetivo sob o número 6254 em 28.05.2012, formalizando, na sequência de reunião de trabalho, a proposta para a venda ao Município do prédio pelo preço de 25.000,00€, foi presente a seguinte Informação do Sr. Presidente datada de 10.04.2013: “O arruamento em referência é usado intensamente por trânsito no âmbito do Eco Parque do Relvão. Afim de melhorar a situação de visibilidade foi acordada a aquisição do espaço referenciado no documento anexo, que tinha um edifício que funcionava como loja e que demolimos, criando melhores condições de visibilidade, de acordo com o proprietário. Neste espaço está acordado com a EDP a colocação de um PT, a transferir do outro lado da rua, que será objecto de correcção de muros, para reforço da visibilidade e aumento da segurança para trânsito e peões. Assim e considerando o interesse da acção acordei a aquisição do espaço e acertei com o proprietário a futura intervenção de correcção da inserção, pelo valor constante do documento em anexo (25 000 €), a liquidar após escritura, em prestações mensais de 5 000 €. Nestes termos proponho a aprovação deste procedimento por considerar importante a intervenção, para melhorar a circulação de trânsito e segurança naquela zona.”.-----

-----A Câmara tendo em conta a urgência da situação deliberou por unanimidade, aprovar os procedimentos mencionados e consequentemente,

adquirir ao Sr. Jorge Dias Teixeira o prédio sito na Rua do Relvão / Rua Nova, freguesia de Carregueira e concelho de Chamusca.-----

-----**(15) – ATENUAR SITUAÇÕES DE DESEMPREGO – PROPOSTA DO SR. VICE-PRESIDENTE:**-----

-----Subscrita pelo Senhor Vice-Presidente, foi presente a seguinte Informação: “No seguimento da publicação dos novos enquadramentos para Programas de Emprego Social e Recursos Locais Disponíveis, neste âmbito proponho:1.Manter o nível de atendimento dos programas normais de CEI e CEI+ com uma lotação de 15 unidades - CEI 5 unidades e de 10 para o CEI+ pessoas com deficiência e incapacidades; 2.Recorrer ao novo programa CEI Património com abertura para 20 unidades, abrangendo todo o concelho;3.Recorrer ao novo programa CEI / Património Florestas com abertura para 5 unidades;4.Recorrer aos novos programas estágios com abertura para 5 unidades; 5.Recorrer às vagas disponíveis da empresa de inserção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Chamusca para 3 unidades. O recrutamento passará sempre pelo Centro de Inclusão Social em articulação com o IEFP. Os respetivos compromissos serão executados conforme a disponibilização de fundos disponíveis, no âmbito da Lei dos Compromissos.”.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o teor da Proposta tendo em conta a importância social para o concelho.-----

-----**(16) – CENTRO DE INCLUSÃO SOCIAL – INFORMAÇÃO/PROPOSTA SR. VICE-PRESIDENTE:**-----

-----Por solicitação dos Senhores Vereadores do PS (Sr. Joaquim Garrido e Dr. Paulo Queimado) foi deliberado por unanimidade, realizar reunião de trabalho para análise desta Proposta.-----

-----**(17) – GABINETE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
- INFORMAÇÃO/PROPOSTA SR. VICE-PRESIDENTE:**-----

-----Por solicitação dos Senhores Vereadores do PS (Sr. Joaquim Garrido e Dr. Paulo Queimado) foi deliberado por unanimidade, realizar reunião de trabalho para análise desta Proposta.-----

-----**(18) – VIAGENS DE VERÃO 2013 / REFORMADOS DO CONCELHO DA
CHAMUSCA:**-----

-----Elaborada e subscrita pelo Sr. Vereador João Lourenço, foi presente a seguinte “Proposta”: “Tendo em conta que é a oportunidade, já esperada em cada ano, pelos idosos do nosso Concelho de quebrarem o isolamento a que estão sujeitos, dado que são, em grande parte, a população mais desprotegida socialmente, **proponho que**, em parceria habitual com todas as Juntas de Freguesia do Concelho se **promovam as viagens de Verão 2013 nos dias 17 a 21 e 24 a 28/6/2013.**”-----

-----A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade, aprovar a Proposta transcrita.-----

-----**(19) – SECÇÃO DE APROVISIONAMENTO E GESTÃO DE STOCKS -
CENTRAL DE COMPRAS DA CIMLT:**-----

-----**A) - “AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BTN (BAIXA TENSÃO NORMAL), BTE (BAIXA TENSÃO ESPECIAL) E MT (MÉDIA TENSÃO) – ANOS 2013/2014/2015 – PRÉVIA AUTORIZAÇÃO (DL 197/99 DE 08.06 / AUTORIZAÇÃO PRÉVIA (LCPA))”:**-----

-----Devidamente acompanhado de informação da Secção de Aproveitamento e Gestão de Stocks, foi presente a seguinte Proposta subscrita pelo Senhor Presidente: “Considerando que: A aquisição de Energia Elétrica para instalações alimentadas em BTN (Baixa Tensão Normal), BTE (Baixa Tensão

Especial) e MT (Média Tensão) é fundamental para o funcionamento do Município, verificando-se uma necessidade actual de proceder à aquisição dos referidos serviços essenciais; A Assembleia Municipal autorizou o Município da Chamusca, por deliberação datada de 30/06/2011, a aderir à Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, dados os efeitos de economias de escala provenientes dos procedimentos promovidos pela CIMLT, que têm permitido gerar poupanças para o Município em diversas áreas; Os bens e serviços nas áreas elencadas representam, em termos financeiros, um custo relevante no Orçamento Municipal; O prazo de vigência do acordo quadro a celebrar no âmbito do presente procedimento será de 26 meses, a contar da data da assinatura do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo. Tendo em consideração os dados fornecidos por estes serviços, estará em causa uma estimativa de consumo de €553 307,64/por ano, o que totaliza uma realização financeira que ascenderá a €1 198 833,24. Tendo em conta o facto de o fornecimento abranger 26 meses, a despesa prevista implicará a consequente repartição dos encargos orçamentais em três anos económicos: a)ano 2013: €92 217,94; b) ano 2014: €553 307,64; c)ano 2015: €553 307,64. Acrescidos de IVA à taxa legal. Dado que o encargo orçamental previsto para o presente ano económico foi aprovado nas Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do Município da Chamusca para o ano de 2013, em sessão da Assembleia Municipal de 27/12/2012, contudo, os seus encargos excedem o limite de € 99.759,58 previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06, torna-se, por isso, necessária a concessão de uma prévia autorização para a abertura do procedimento e realização da despesa, a qual é da competência da Assembleia Municipal de acordo com o

consagrado no art.º 22.º, n.º 6 do Decreto-Lei 197/99, de 08.06, em vigor por remissão da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29.01. Mais, dado que, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. Assim, tenho a honra de propor que a Câmara delibere submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para: a) Autorizar a abertura de procedimento de concurso público, o qual implicará a repartição de despesa em mais do que um ano económico, nos termos do n.º 1 do art.º 22 do Decreto-Lei 197/99, de 08.06, em vigor por remissão da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29.01; b) Deliberar conceder autorização prévia por este órgão deliberativo, para a assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro.-----

-----A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade, manifestar acordo aos procedimentos enumerados e remeter para aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----**B) - “AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES 2013/2014”:**-----

-----Devidamente acompanhado de informação da Secção de Aprovisionamento e Gestão de Stocks, foi presente a seguinte Proposta subscrita pelo Senhor Presidente: “Considerando que: A aquisição de refeições escolares para o ano lectivo 2013/2014 é fundamental para o funcionamento do parque escolar do Município, verificando-se uma necessidade actual de proceder à aquisição dos referidos serviços essenciais; A Assembleia Municipal autorizou

o Município da Chamusca, por deliberação datada de 30/06/2011, a aderir à Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, dados os efeitos de economias de escala provenientes dos procedimentos promovidos pela CIMLT, que têm permitido gerar poupanças para o Município em diversas áreas. Os bens e serviços nas áreas elencadas representam, em termos financeiros, um custo relevante no Orçamento Municipal; O prazo de vigência do acordo quadro a celebrar no âmbito do presente procedimento será de 9 meses, a contar da data da assinatura do mesmo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo. Tendo em consideração os dados fornecidos pelo serviço de educação, estará em causa uma estimativa de € 111 346,65, o que totaliza uma realização financeira do mesmo valor. Tendo em conta o facto de o fornecimento abranger 9 meses, a despesa prevista implicará a consequente repartição dos encargos orçamentais em dois anos económicos: a) ano 2013: €43 301,48; b) ano 2014: €68 045,18. Acrescidos de IVA à taxa legal. Dado que o encargo orçamental previsto para o presente ano económico foi aprovado nas Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do Município da Chamusca para o ano de 2013, em sessão da Assembleia Municipal de 27/12/2012, contudo, os seus encargos excedem o limite de € 99.759,58 previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06, torna-se, por isso, necessária a concessão de uma prévia autorização para a abertura do procedimento e realização da despesa, a qual é da competência da Assembleia Municipal de acordo com o consagrado no art.º 22.º, n.º 6 do Decreto-Lei 197/99, de 08.06, em vigor por remissão da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29.01. Mais, dado que, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma

jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro. Assim, tenho a honra de propor que a Câmara delibere submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para: a) Autorizar a abertura de procedimento de concurso público, o qual implicará a repartição de despesa em mais do que um ano económico, nos termos do n.º 1 do art.º 22 do Decreto-Lei 197/99, de 08.06, em vigor por remissão da alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29.01; b) Deliberar conceder autorização prévia por este órgão deliberativo, para a assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro”.

-----A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade, manifestar acordo aos procedimentos enumerados e remeter para aprovação da Assembleia Municipal.

-----**C) - “AQUISIÇÃO PLATAFORMA EDUBOX – SOLUÇÃO DE GESTÃO PARA EDUCAÇÃO – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO:**-----

-----Presente a seguinte informação da Secção de Aprovisionamento e Gestão de Stocks: “Tendo presente a Informação Interna do Centro de Inclusão Social datada de 02/04/2013 (anexa), cumpre informar o seguinte: A aquisição de serviços de solução de gestão para educação/plataforma de ensino assistido, carece, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013 - OE2013) e da fundamentação do "pedido" em anexo, de parecer prévio vinculativo. Conforme define o n.º 10 do artigo 75.º do OE2013, o parecer prévio

vinculativo é da competência do órgão executivo (Câmara Municipal) e depende da verificação dos requisitos previstos no número e artigo referido no parágrafo anterior. Propõe-se que a Câmara delibere: Aprovar o parecer prévio vinculativo de forma a instruir a celebração do contrato supra identificado, nomeadamente por via da realização de procedimento por ajuste direto condicionado à aprovação pela Assembleia Municipal da autorização para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto no artigo 6.º da Lei 8/2012. A autorização da Assembleia Municipal destinar-se-á á assunção de compromissos no valor de **€ 9.607,09**, que implicará a consequente repartição dos encargos orçamentais em três anos económicos: a) ano 2013: € 3 . 202,36; b)ano 2014: € 3 . 202,36; c) ano 2015: € 3 . 202,36. Acrescidos de IVA à taxa legal.”.-----

-----A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade, manifestar acordo aos procedimentos enumerados e remeter para aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----**D) - “PROTECCÃO DA REDE INFORMÁTICA DO MUNICIPIO – AQUISIÇÃO DE HARDWARE – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO”**:-----

-----Presente a seguinte informação da Secção de Aprovisionamento e Gestão de Stocks: “Tendo presente o Acordo de Preços entre a CIMLT e a Panda Security (em anexo), a qual permite, aos Municípios associados, usufruir de preços impares na aquisição de hardware anti-virus, e a decisão tomada anteriormente de serem adoptadas medidas com vista a dotar os computadores e servidores do Município que propiciem protecção eficaz contra todo o tipo de ameaças via internet, cumpre informar o seguinte: A prestação de serviço e aquisição de hardware, carece, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento

do Estado para 2013 - OE2013) e da fundamentação do "pedido" em anexo, de parecer prévio vinculativo. Conforme define o n.º 10 do artigo 75.º do OE2013, o parecer prévio vinculativo é da competência do órgão executivo (Câmara Municipal) e depende da verificação dos requisitos previstos no número e artigo referido no parágrafo anterior. Propõe-se que a Câmara delibere: Aprovar o parecer prévio vinculativo de forma a instruir a celebração do contrato supra identificado, nomeadamente por via da realização de procedimento por ajuste direto condicionado à aprovação pela Assembleia Municipal da autorização para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto no artigo 6.º da Lei 8/2012. A autorização da Assembleia Municipal destinar-se-á á assunção de compromissos no valor de **€ 8 100,00**, que implicará a consequente repartição dos encargos orçamentais em três anos económicos: a)ano 2013: € 3 . 100,00; b)ano 2014: € 2 500,00; c) ano 2015: € 2 500,00. Acrescidos de IVA à taxa legal.”-----

-----A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade, manifestar acordo aos procedimentos enumerados e remeter para aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----**E) - “PROTECCÃO DA REDE INFORMÁTICA DO MUNICIPIO – AQUISIÇÃO DE SOFTWARE – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO”**:-----

-----Presente a seguinte informação da Secção de Aprovisionamento e Gestão de Stocks: “Tendo presente o Acordo de Preços entre a CIMLT e a Panda Security (em anexo), a qual permite, aos Municípios associados, usufruir de preços ímpares na aquisição do software anti-virus, e a decisão tomada anteriormente de serem adoptadas medidas com vista a dotar os computadores e servidores do Município que propiciem protecção eficaz contra todo o tipo de ameaças via internet, cumpre informar o seguinte: A

prestação de serviço e aquisição de hardware, carece, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013 - OE2013) e da fundamentação do "pedido" em anexo, de parecer prévio vinculativo. Conforme define o n.º 10 do artigo 75.º do OE2013, o parecer prévio vinculativo é da competência do órgão executivo (Câmara Municipal) e depende da verificação dos requisitos previstos no número e artigo referido no parágrafo anterior. Propõe-se que a Câmara delibere: Aprovar o parecer prévio vinculativo de forma a instruir a celebração do contrato supra identificado, nomeadamente por via da realização de procedimento por ajuste direto condicionado à aprovação pela Assembleia Municipal da autorização para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto no artigo 6.º da Lei 8/2012. A autorização da Assembleia Municipal destinar-se-á á assunção de compromissos no valor de **€ 3 200,00**, que implicará a consequente repartição dos encargos orçamentais em três anos económicos: a) ano 2013: € 1 066,66; b) ano 2014: € 1 066,66; c) ano 2015: € 1 066,66. Acrescidos de IVA à taxa legal.”.-----

-----A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade, manifestar acordo aos procedimentos enumerados e remeter para aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----**(20) – DUOASU: REVISÃO DO PLANO DIRETOR (PDM) DE CONSTÂNCIA: --**

-----Presente a seguinte Informação Técnica n.º65/MF, datada de 11.04.2013: “A Câmara Municipal de Constância no âmbito do acompanhamento da revisão do seu PDM remeteu a proposta final do Plano para a CCDR-LVT, para emissão de parecer final. Nesta sequência esta entidade solicita parecer à Câmara Municipal de Chamusca, até ao dia 30 de abril, como entidade integrante da Comissão de Acompanhamento. Relativamente à proposta

apresentada devo informar que no documento “Relatório de Proposta” é feita alusão ao concelho da Chamusca nos seguintes capítulos: Rede Rodoviária:

“9.4.1 Perspetivas de Evolução: Por iniciativa da Autarquia, para além de diversas ações de beneficiação da rede existente, é também intenção municipal estabelecer a ligação do aglomerado da Pereira à Chamusca e à EN 118, com início em Malpique de Cima, junto à entrada do Campo Militar de Santa Margarida, possibilitando ainda o acesso ao Eco Parque (entre o aterro RIB e o CIRVER Ecodeal), situado no concelho da Chamusca. Este investimento a ser desenvolvido será em parceria com a Câmara Municipal da Chamusca.”.

Infraestruturas Urbanas:“9.5.3 Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos: A recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) no concelho de Constância foi concessionada a uma empresa privada (a STL) pela Câmara Municipal, e cobre, atualmente, a totalidade dos aglomerados do concelho. Assim, a Câmara Municipal de Constância disponibiliza à sua população contentores para resíduos indiferenciados e Ecopontos distribuídos pelas 3 freguesias e a SUMA procede à sua recolha. A responsabilidade do tratamento destes resíduos passa então para a ResiTejo -Associação de Municípios do Médio Tejo que, no caso dos resíduos indiferenciados, os deposita no seu aterro da Chamusca e, no caso dos resíduos dos Ecopontos, os encaminha para a sua Estação de Triagem a fim de serem devidamente valorizados e/ou reciclados.”

Uma vez que a Câmara Municipal da Chamusca se encontra também em processo de revisão do PDM e tendo em conta a proximidade geográfica, **proponho que seja solicitado ao município vizinho a informação digital das peças desenhadas que compõem o seu Plano (Plantas de Ordenamento e Condicionantes), nas áreas confinantes com o limite administrativo do concelho da Chamusca, de forma a haver coerência e homogeneidade**

territorial nas propostas dos dois concelhos. Junto se anexa a proposta de ordenamento do PDM de Constância.”-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade, **aprovar os procedimentos constantes da Informação Técnica transcrita.**-----

-----**(21) – MAPA DE FÉRIAS DOS FUNCIONÁRIOS DA AUTARQUIA – ANO 2013:**-----

-----Presente Mapa de Férias dos Funcionários da Autarquia para o ano 2013.--

-----A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar este documento.-----

-----**(22) - CONTABILIDADE - REALIZAÇÃO DE DESPESAS:**-----

-----A Câmara tomou conhecimento, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, da “Posição dos Compromissos” correspondente de 05 a 11 de abril do corrente ano, na importância global de 5.849,77€ (cinco mil oitocentos e quarenta e nove euros e setenta e sete cêntimos).-----

-----**(23) - INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE:**-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento dos contatos, reuniões e ações em que participou no período compreendido entre a última e a presente reunião, bem como do agendamento do previsto até à próxima reunião, referindo nomeadamente: -----

-----Dia 10.04: Inauguração do SUCH – Microndas e visita ao terreno para o CIVTRHI.-----

-----Dia 11.04: Esteve presente com representantes dos dois CIRVER’s em audiência com o Sr. Secretário de Estado do Ambiente-----

-----Dia 16.04: Pelas 17h reunião com Direção da Casa do Povo de Chamusca.-

-----**INFORMAÇÕES:**-----

-----RESITEJO: Durante a semana foram rececionadas e estão em fase

de montagem dos grandes equipamentos para C.V.O., na RESITEJO não se tendo verificado problemas com o trânsito dos mesmos. -----

-----ENTRADA NORTE DE VALE DE CAVALOS: Retirados os tapumes das obra na Entrada Norte de Vale de Cavalos.-----

-----DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2012: Propôs realização de reunião extraordinária para 18.04.2013 (5.ª feira), pelas 17h00 para análise deste assunto. A Câmara deliberou por unanimidade, manifestar acordo.-----

-----**(24) - INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES:**-----

-----**JOÃO MANUEL LOURENÇO:**-----

-----Deu conhecimento do **agendamento da última semana**, referindo nomeadamente: Dia 10.04: Pelas 10h30m, estive na visita do Sr. Secretário de Estado da Saúde na inauguração da unidade do SUCH e visita às obras do CIVTRIH. Dia 11.04: Pelas 09h30 reunião semanal da CPCJ. Pelas 15h00, reunião com o Dr. Nuno Marques – Coordenador Adjunto do Rastreio do Cancro da Mama, afim de programar volta de rastreio no Concelho da Chamusca que decorrerá de 20 de Maio a 27 de Junho de 2013. Dia 12.04: Reuniu com grupo de Voluntários do projeto “Aproximar para Cuidar” / ação de preenchimento dos questionários relativos ao projeto. Pelas 18h, reunião com os pais dos alunos, representantes do AVEJICC e da Junta de Freguesia da Carregueira sobre a suspensão do Jardim de Infância do Arripiado para o ano letivo 2013/2014. Dia 15.04: Pelas 14h00Esteve presente na Inauguração da “Semana Aberta”, sobre o tema “Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho – Experimenta com Segurança” que decorre no Centro de Emprego e Formação Profissional de Santarém. **Agendamento futuro**: Dia 18.04: Reunião da plataforma supraconcelhia da Lezíria do Tejo, Rede Social, CLAS – Segurança Social Santarém.-----

-----**PAULO JORGE QUEIMADO:**-----

----- SEMANA DA ASCENSÃO 2013: Solicitou informações sobre como estão a decorrer os trabalhos, qual a previsão de receita para o Município. O Senhor Vice-Presidente informou que o Programa está a ser elaborado e prestou esclarecimentos relativamente às dificuldades na obtenção de receita, referindo que serão somente do aluguer e cedência de espaços e apoios pelas empresas (pocas).-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----CEDÊNCIA DE ÁREA PARA DOMINIO PÚBLICO / CHAMUSCA:-----

-----Presente nesta reunião a Sra. ANA LUISA CACHAPUZ DA SILVA e sua advogada, proprietária do prédio rústico 73 F da freguesia de Chamusca, que colocou diversas questões relativamente ao Processo, que consultou nos respetivos serviços, que foi presente na reunião da Câmara Municipal de 08.04.2013 em nome do Dr. João Cardador, advogado, nomeadamente sobre procedimentos administrativos relativamente à realização e aprovação de ata e feitura de Minutas de deliberações e Fotocópias Autenticadas de partes das atas das reuniões da Câmara Municipal, bem como sobre a forma como a Câmara Municipal pôde com os documentos existentes emitir a certidão que consta do processo, “como foram calculados os dados? Como conseguem certificar o valor exato da metragem?”.-----

-----O Sr. Presidente explicou os procedimentos adotados e que forma facultados todos os procedimentos e que correspondem à verdade e que caso haja contestação deverão apresentar documento, solicitou ainda e sem prejuízo que entregue documento por escrito ainda durante esta semana, afim de ser elaborada a competente resposta. Relativamente ao teor da certidão emitida, foram seguidos os métodos habituais, procedimento regular

da Câmara Municipal com vista a regularizações de prédios na Conservatória, os dados são apurados com base no que consta da certidão antiga e da atual e de plantas apresentadas tendo em conta as realidades existentes, neste caso certificou por seu conhecimento pessoal, boa fé e conhece bem toda a situação.-----

-----A Advogada da Sra. Ana Luísa pediu a palavra para colocar a seguinte questão ao Sr. Presidente: “Gostaria de saber se com base nos elementos apresentados, a Câmara Municipal consegue certificar se foi retirada área daquele lado e não do outro?”. O Sr. Presidente mais uma vez referiu para colocar por escrito todas as questões que será elaborada resposta por escrito, que não tem, no momento, elementos para a competente resposta, tendo manifestado igualmente disponibilidade para a realização e reunião de trabalho ou ida ao local.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:**-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada esta reunião eram dezanove horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de ser considerada aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim *Cristina Queimado* servindo de Secretário, que redigi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

O Presidente da Câmara

Sérgio Morais da Conceição Carrinho

O Técnico Superior,

Cristina Isabel Pires Queimado